

A QUESTÃO DE GOA: A CARTOGRAFIA GEOLÓGICA AO SERVIÇO DOS INTERESSES COLONIAIS DO *ESTADO NOVO*

T. S. MOTA ⁽¹⁾

Resumo - A questão do imperialismo colonial revestiu-se da maior importância para o *Estado Novo*. Apesar de este ser, ainda, um tema pouco estudado, a comunidade científica portuguesa parece ter desempenhado algum papel neste contexto. Durante a década de 1950, a cartografia geológica da, então designada, província ultramarina de Goa, foi utilizada pelo *Estado Novo* para fazer valer as suas pretensões territoriais. O conhecimento geológico viu-se, assim, instrumentalizado pelo regime mas uma das instituições por ele responsável, os Serviços Geológicos de Portugal (SG), não deixaram de tirar proveito da situação.

Palavras-chave - cartografia geológica; *Estado Novo*; Serviços Geológicos de Portugal; instrumentalização científica.

1 - INTRODUÇÃO

A questão colonial foi um dos pontos capitais da vida política portuguesa dos séculos XIX e XX e vector da retórica nacionalista que caracterizou tanto a I República, como o *Estado Novo* (OLIVEIRA, 1991; ALEXANDRE, 2004; MONTEIRO e PINTO, 2004). Foi durante o *Estado Novo* que a política colonial ganhou um carácter sistemático, tendo sido institucionalmente redefinida pelo Acto Colonial de 1930. Grande parte do aparelho estatal foi posto ao serviço da construção do ‘império colonial’, como passou a ser designado, e o país passou a ter a função “(...) histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos” (ROSAS, 1986). A partir da década de 1930,

⁽¹⁾ Centro Inter-universitário de História da Ciência e da Tecnologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2825-114 Monte de Caparica, Portugal; salome.teresa@gmail.com

o *Estado Novo* desencadeou uma vasta e abrangente campanha com vista à criação de uma mentalidade colonial em toda a sociedade portuguesa, quer através de uma série de realizações, de que foi expoente máximo a Exposição do Mundo Português em 1940, quer através do sistema educativo (ALEXANDRE, 2004).

Apesar de este não ser um tema, ainda, suficientemente estudado, tudo leva a crer que a comunidade científica portuguesa da altura — ou, pelo menos, parte dela — parece ter desempenhado algum papel neste contexto. Uma breve análise das publicações referentes à Exposição do Mundo Português e ao I Congresso Nacional de Ciências Naturais testemunham, de forma clara, não só o empenhamento da comunidade científica na defesa da integridade do império colonial português, como, também, a necessidade da sua ocupação, constituindo o conhecimento científico um dos seus instrumentos. Simultaneamente, as colónias terão sido percebidas pela comunidade científica, como um novo e atraente espaço para o desenvolvimento da actividade científica portuguesa (MOTA, 2007).

A Geologia não foi excepção e diversos geólogos se empenharam na defesa do progresso do conhecimento geológico do império colonial português e na prática efectiva desse mesmo conhecimento. O reconhecimento geológico das possessões coloniais e os organismos estatais por ele responsáveis mereceram, assim, uma atenção, se bem que algo limitada, por parte do *Estado Novo*. O interesse demonstrado pelo conhecimento geológico das colónias, tinha como principal motivação comprovar a sua ocupação efectiva por parte do Estado português, uma questão que, desde o final século XIX, serviu de argumento às grandes potências coloniais para legitimar a ocupação e partilha das colónias portuguesas, principalmente nos anos de tensão internacional que antecederam os dois conflitos mundiais. O *Estado Novo* sentia, assim, a necessidade de provar ao resto do mundo que Portugal ocupava efectivamente as suas possessões coloniais (MOTA, 2007).

2 - A CARTOGRAFIA GEOLÓGICA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS E OS SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL (SG)

Na década de 1950, os SG faziam parte da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos (DGMSG), tutelada pelo Ministério da Economia, sendo a sua principal função o reconhecimento geológico de Portugal continental e Ilhas Adjacentes e a consequente produção e publicação de cartografia

geológica. Os SG eram completamente dependentes da DGMSG, tanto financeiramente como do ponto de vista de recrutamento de pessoal e da planificação e efectivação do trabalho técnico e científico (MOTA, 2007). Desta forma, os SG não tinham a cargo a cartografia de nenhuma das antigas possessões coloniais portuguesas. No entanto, durante a década de 1950, viram-se envolvidos no levantamento cartográfico de Goa, território pertencente à, então, Índia portuguesa.

A primeira colónia portuguesa que possuiu um Serviço Geológico regular foi Angola. Criado em 1926, com o nome de Serviço da Carta Geológica de Angola (SCGA), surgiu no seguimento de uma Missão Geológica efectuada àquele território em 1921. Até aí, apenas existiam reconhecimentos geológicos da colónia isolados e parciais, realizados quer por portugueses, quer por estrangeiros. O SCGA acabou por ser extinto em 1931, por falta de verbas, tendo sido criado em seu lugar, no ano de 1934, o Serviço de Geologia e Minas de Angola (BORGES, 1931; SOUSA TORRES, 1942; CARRINGTON DA COSTA, 1943; TEIXEIRA, 1979).

No que diz respeito a Moçambique, os trabalhos de índole geológica deste território iniciaram-se, de forma sistemática e organizada, em 1928, sendo da responsabilidade de um organismo oficial que já tinha sido criado em 1921, a Repartição Técnica de Indústria e Minas (RTIM). Até 1928, a RTIM nunca tinha realizado grande trabalho devido à falta de pessoal. Em 1930, a RTIM foi remodelada, tendo visto aumentar o número de elementos do seu pessoal e passando a designar-se por Repartição de Indústria, Minas e Serviços Geológicos (CARRINGTON DA COSTA, 1943).

As restantes colónias portuguesas — africanas e asiáticas — não possuíam nenhum organismo específico dedicado ao reconhecimento geológico dos seus territórios e à realização da respectiva cartografia geológica e esta situação não se alterou durante o *Estado Novo*. Esse tipo de trabalho era levado a cabo através da realização de Missões Científicas pontuais organizadas a partir de Portugal continental, a maior parte das vezes pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/ Junta de Investigações do Ultramar.

Esse organismo científico não foi, no entanto, o responsável pelo levantamento cartográfico da antiga Índia portuguesa. Em 1953, foi constituída a Brigada Geológico-Mineira do Estado da Índia, chefiada por um engenheiro de minas da DGMSG, destacado em serviço no Ministério do Ultramar. Entre 1953 e 1956, trabalhou como geólogo principal da Brigada o alemão Gerhard Oertel (1920-) que procedeu a levantamentos de campo com o objectivo de realizar uma carta geológica de Goa, carta essa que deveria ser publicada

pelos SG. Todavia, tal nunca aconteceu; do trabalho da Brigada resultaram alguns artigos da autoria de Oertel, publicados nas *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, nomeadamente: “Notas acerca da geologia do sul de Goa” e “Contribuição para o conhecimento das laterites de Goa”, em 1955; “Notas e bibliografia acerca da geologia do norte de Goa”, em 1957, e “Brigada geológico-mineira do Estado da Índia. A geologia do Distrito de Goa”, em 1958. Do trabalho de 1957 consta uma *Carta Geológica do Distrito de Goa*, a preto e branco, com escala 5cm/10 km.

3 - A QUESTÃO DE GOA

Em Setembro de 1956, os SG participaram na 20ª sessão do Congresso Internacional de Geologia (CIG) que se realizou na Cidade do México. A delegação portuguesa era constituída por dois representantes da DGMSG, tendo um deles o chefe dos SG, engenheiro António de Castello Branco (1892—1981), representante oficial do governo português junto do CIG. Durante a sessão no México, tiveram lugar, como era habitual, reuniões das diversas Comissões e Sub-Comissões responsáveis pela cartografia geológica internacional, nomeadamente, pela *Carta Geológica do Mundo*, a *Carta Geológica da Europa*, a *Carta Tectónica do Mundo* e a *Carta Metalogénica do Mundo*. Na reunião da Comissão Permanente da Carta Geológica do Mundo, algo se passou que ultrapassou o óbvio interesse científico da mesma, e que levou os representantes portugueses a tomar uma posição.

Durante a discussão relativa ao Atlas Geológico Internacional, os portugueses notaram a pretensão dos representantes indianos de apresentar estudos sobre os territórios portugueses da Índia. Ao serem distribuídas aos respectivos representantes as folhas parciais das várias regiões do Mundo, a fim de rectificarem os limites políticos cartografados, os indianos levantaram objecções aos limites de Goa e afirmaram ter já estudado geologicamente esse território. Segundo os representantes portugueses, a intenção dos indianos era diminuir ou mesmo fazer desaparecer as possessões portuguesas na Índia, e só não o fizeram devido à presença de Portugal no Congresso. O chefe dos SG, Castello Branco, defendeu, perante o CIG, os interesses de Portugal enquanto potência colonial, afirmando que, em 1958, na reunião da Comissão da Carta Geológica do Mundo que se iria realizar em Paris, seria apresentada uma carta geológica de Goa. Ao mesmo tempo, entregou na mesa da presidência do CIG os dois trabalhos de Oertel sobre a geologia de Goa que tinham sido publicados

em 1955. Castello Branco considerava que, ao proceder desta forma, tinha marcado a posição portuguesa sob o ponto de vista da ‘ocupação científica’ do território indiano, tendo-se convencido também de que os representantes da União Indiana tinham sido ‘postos na ordem’.

Ao regressarem a Portugal, os representantes da DGMSG recomendaram ao Ministro da tutela a publicação urgente de outros trabalhos relativos ao Estado da Índia. Salientaram ainda a enorme importância de Portugal se fazer representar, por intermédio dos SG, em todas as reuniões relacionadas com a cartografia internacional da responsabilidade do CIG. Assim, em 1958, os SG estiveram presentes em Paris numa reunião da Comissão Permanente da Carta Geológica do Mundo. Nesta reunião, Castello Branco apresentou, não propriamente a carta geológica de Goa que tinha prometido durante a 20ª sessão do CIG no México, mas o trabalho de Oertel datado de 1958 e do qual fazia parte uma carta geológica do território indiano. Castello Branco declarou ainda que um trabalho mais completo sobre Goa, do qual constaria nova carta geológica do território, na escala 1:125 000, estava em impressão, e que seria entregue antes da próxima sessão do CIG, a realizar em Copenhaga em 1960.

No ano seguinte, 1959, Castello Branco enviou ao governo português os trabalhos geológicos relativos a Goa, com o objectivo de que os mesmos chegassem às mãos do Ministro da Presidência da altura. Alguns dias mais tarde, Castello Branco recebeu um cartão escrito pelo Ministro da Presidência agradecendo o envio dos trabalhos e dando conhecimento de que Salazar deles tinha tomado conhecimento, reconhecendo, simultaneamente, “o extraordinário alcance científico e político das publicações”.

4 - CONCLUSÕES

As patrióticas diligências por parte dos SG, no entanto, de nada serviram contra o curso da História. Tanto Goa como os restantes territórios indianos que faziam parte do Estado da Índia portuguesa, acabaram por ser anexados pela Índia em 1961. No entanto, a questão relativa à cartografia geológica de Goa, tinha levado à adopção de estratégias políticas por parte dos SG, que serviram, assim, interesses para além dos puramente científicos. O Estado português não permaneceu indiferente à questão; se pouco lhe importava o conhecimento geológico de Goa, o significado político desse conhecimento, quando entendido como expressão da ocupação efectiva do território, revestia-se da maior relevância. O conhecimento da geologia de Goa foi, desta forma,

entendida como uma garantia da integridade do império colonial português e o *Estado Novo* prestou o devido reconhecimento à actuação dos SG. Por sua vez, os SG viram no reconhecimento geológico de Goa uma boa oportunidade para demonstrar o seu patriotismo, dando sentido à expressão tão tipicamente salazarista “a bem da Nação” e daí tirar possíveis vantagens para a instituição. Ao mesmo tempo que mostravam que a Geologia estava ao serviço da pátria, os SG passavam a poder participar de forma mais regular e consistente nas reuniões das várias Comissões relativas à cartografia geológica internacional.

Este trabalho permite ter a percepção de que, ao contrário do que é comum, muitas vezes, pensar-se, os regimes ditatoriais não são, necessariamente, avessos a todo o tipo de conhecimento científico. Muitas vezes, quando esse conhecimento se coaduna ou serve os interesses de regimes autoritários, ele é, não só utilizado, como incrementado e, obviamente, instrumentalizado. Em Portugal, a corrente industrialista e tecnocrata — com um discurso assente na defesa da industrialização e da modernização tecnológica como caminho para o desenvolvimento social e económico do país — que caracterizou, em parte, o *Estado Novo*, possibilitou a emergência ou/e o avanço de determinadas áreas científicas. Essas áreas científicas, entre as quais são de destacar, por exemplo, a Geologia e a Física Nuclear, eram consideradas, de uma forma ou de outra, importantes ou mesmo essenciais aos objectivos, fossem eles económicos ou estratégicos, a que o regime ditatorial aspirava. Por outro lado, os agentes envolvidos na prática científica, não deixaram de aproveitar as características de que se revestiu o regime para daí retirar dividendos. Como se verificou, os geólogos dos SG tiraram partido da importância ideológica que o *Estado Novo* dava ao ‘império português’, definindo uma estratégia em que a ocupação e o conhecimento científico das colónias se encontrava aliada às ideias de patriotismo e defesa da integridade do império colonial português. Ou seja, pode dizer-se que existiu, durante o *Estado Novo*, uma relação de simbiose entre o regime e algumas áreas científicas, nomeadamente a Geologia, com ambas as partes a tirarem benefício da situação existente: o regime apoiava a produção do conhecimento científico que convinha aos seus interesses e a ciência e os seus praticantes, por sua vez, acomodavam-se e tiravam proveito das idiossincrasias do regime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, V. (2004) - O império colonial. In: Pinto, A. C. (coord.), Portugal Contemporâneo, Dom Quixote, Lisboa, p.67-86.
- BORGES, A. (1931) - História do primeiro serviço geológico de Angola. *Técnica*, 35, p.106-109.
- CARRINGTON DA COSTA, J. (1943) - Problemas geológicos coloniais. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 2, p.11-14.
- MONTEIRO, N. G. e PINTO, A. C. (2004) - A identidade nacional portuguesa. In: Pinto, A. C. (coord.), Portugal Contemporâneo, Dom Quixote, Lisboa, p.51-65.
- MOTA, T. S. A. (2007) - Os Serviços Geológicos entre 1918 e 1974: da quase Morte a uma Nova Vida. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- OLIVEIRA, C. (1991) - A Evolução política. In: Serrão, J. e Marques, A. H. O. (dir.), Nova História de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, p.21-85.
- ROSAS, F. (1986) - O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1938. Imprensa Universitária/Editorial Estampa, Lisboa.
- SOUSA TORRES, A. (1942) - A actividade paleontológica em Portugal. In: Costa, F. F. V., (dir.), Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais, Lisboa 1941, Livro I, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 128 e 129.
- TEIXEIRA, C. (1979) - História Breve do Reconhecimento Científico de Angola. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.